

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

As Diretoras da
Sociedade das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração
São Paulo – SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Sociedade das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividade de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 03 de maio de 2021.

Rodrigo Vilela de Freitas
Sócio-contador
CRC MG 082650/O-4 "S" SP
OMNO Auditores Independentes
CRC MG 008645/O "S" SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração (“Entidade”) é uma associação civil de direito privado, de caráter educacional, cultural, filantrópico e de assistência social, sem fins lucrativos e de duração indeterminada. A Entidade é possuidora do Título de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto 3.088 de 21/12/1973 e o Municipal pelo Decreto 38.359 de 23/09/1999. A Entidade é portadora do certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social conforme processos 71010.001349/2003-49 e 71010.003762/2006-91, ambos aprovados pela Resolução CNAS nº 3 de 2009, e 71.000.102.770/2009-81 aprovado pela portaria 51/2011 da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação. A Entidade tem por finalidade a Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio, Atividades de Caráter Beneficente e Assistência Social.

A Entidade é mantenedora das seguintes instituições de ensino:

- a) Colégio Sagrado Coração – São Paulo - SP
- b) Instituto Geremário Dantas – Rio de Janeiro – RJ
- c) Colégio Sagrado Coração de Jesus – Alfenas – MG
- d) Instituto Nossa Senhora do Sagrado Coração – Divinópolis – MG
- e) Colégio Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – Brasília – DF
- f) Colégio Nossa Senhora do Sagrado Coração – Curitiba - PR

Além das atividades de educação relacionadas às instituições de ensino citadas acima, a Entidade mantém obras sociais e creches presentes no estado de São Paulo.

Impactos da Pandemia Covid-19

Foi criado um comitê interno de monitoramento do Coronavírus que implementou medidas e ações para prevenção ao seu contágio e transmissão em consonância com as orientações do Ministério da Saúde, das autoridades de controle epidemiológico e orientações advindas do Ministério da Educação. Dentre as medidas: a adoção a partir de 23 de março de 2020 do Regime Letivo Remoto de atendimento e orientação aos alunos, com a suspensão de todas as atividades presenciais, a suspensão parcial do funcionamento de

setores de atendimento aos públicos interno e externo e funcionamento de setores administrativos em regime de plantão e teletrabalho.

Os custos subiram pois foram necessários investimentos em novas tecnologias e treinamento de professores. Ocorreram concessões de descontos financeiros bem acima dos previstos (descontos Pandemia). A inadimplência cresceu 38% em relação ao mesmo período de 2019.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas, as quais abrangem a legislação societária, a ITG 2002 (R1) sobre Entidades sem finalidade de lucros e o Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), vigentes no exercício de 2020. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, exceto quando de outro modo indicado.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 30 de abril de 2021.

NOTA 03 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 – ITG 2000 (R1)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos administrativo e fatos contábeis, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos contábeis e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 04 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e são registrados ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base “pro rata temporis” até a data do balanço, não superando o valor de mercado. As aplicações financeiras são classificadas por meio do resultado para venda e mensuradas pelo seu valor justo. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição destas aplicações financeiras são adicionados ao montante original.

b) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, perdas estimadas em créditos de devedores duvidosos, provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, mensuração de instrumentos financeiros básicos, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

c) Avaliação do valor recuperável de ativos (“impairment”)

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

d) Instrumentos financeiros básicos

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

A classificação dos ativos financeiros é realizada com base nas características individuais dos instrumentos e no modelo de gestão do ativo ou da carteira em que está contido, realizada da seguinte forma:

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Passivos financeiros

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

e) Contas a receber de alunos e mensalidades antecipadas

Representam, basicamente, as mensalidades emitidas, porém não recebidas, além de acordos firmados com estudantes de mensalidades vencidas e de cobranças judiciais. As perdas estimadas de recuperação de ativos foram constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Como prática de negócio e mercado de atuação da Entidade, as matrículas do ano letivo seguinte iniciam-se ao final do exercício social em curso. Consequentemente são reconhecidas como receitas antecipadas, no passivo circulante, as mensalidades de períodos subsequentes recebidas antecipadamente pela Entidade no exercício social em curso e que serão reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

f) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias, que não excedem ao valor de realização.

g) Imobilizado

Estão demonstrados pelo custo de aquisição, sendo que os imóveis estão ajustados pelo custo atribuído, formação e/ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis. Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. A depreciação é calculada pelo valor de custo e depreciado utilizando as taxas determinadas pela vida útil dos bens.

h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil- econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável.

i) Obras em andamento

As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, mão de obra e aquisições de materiais.

j) Impostos e contribuições

A Entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea “C” e seu parágrafo 4º e art. 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, Lei nº 9532/07, Lei nº 12.101/09 e Decreto 8.242/14. Para a quota patronal do INSS, a Entidade é isenta por atender aos requisitos estabelecidos na Constituição Federal no Art. 195, III, §7º.

k) Provisões

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

l) Passivos circulantes e não circulantes

Provisões para obrigações sociais e fiscais são constituídas e apropriadas ao resultado em regime de competência, principalmente para suprir compromissos com férias vencidas e proporcionais, encargos sociais e outras obrigações trabalhistas. Outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e apropriações monetárias incorridas.

m) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

n) Receitas de serviços

As receitas incluem, principalmente, mensalidades escolares de Educação Infantil, Fundamental I, Fundamental II e Ensino Médio, além de taxas escolares e outros cursos. As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados.

o) Apuração do Superávit e/ou (Déficit) – Receitas e Despesas

O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência, exceto pelas doações espontâneas. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato–valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E BANCOS COM RESTRIÇÃO

O saldo do caixa e equivalentes de caixa inclui caixa em poder da Entidade, depósitos bancários e aplicações financeiras. O saldo dessa conta no final do exercício, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens da demonstração da posição financeira, como demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa	26.167	136.246
Banco Contas Movimento	214.167	32.845
Aplicações Financeiras	6.768.842	7.555.691
Caixa e equivalente de Caixa	7.009.176	7.724.782
Banco Conta Movimento	8.090	8.004
Investimentos Financeiros	322.223	130.910
Bancos com Restrição (i)	330.313	138.914
Total	7.339.489	7.863.696

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, mantidas junto às instituições financeiras de primeira linha, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas de mercado.

- (i) As aplicações financeiras com restrições referem-se a recursos recebidos por meio de convênios com: Prefeitura Municipal de Campinas através do Termo de Colaboração 094/2020 e Fundação FEAC através do Termo de Parceria Apoio Institucional 2020/2021, mantidos em contas correntes junto ao Banco do Brasil e/ou Caixa Econômica Federal, devendo as aplicações dos recursos financeiros nas ações a serem executadas observar os princípios da impessoalidade, isonomia, economicidade, probidade, eficiência, publicidade, transparência na aplicação dos recursos e na busca permanente de qualidade.

NOTA 06 – VALORES A RECEBER

Os valores a receber são decorrentes das mensalidades dos alunos, distribuídos da seguinte forma:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Mensalidades a receber	2.625.958	1.765.519
Mensalidades a receber anos anteriores	3.054.990	2.442.020
(-) Perdas estimadas créditos de liquid. duvidosa (i)	(4.771.742)	(3.395.326)
	909.206	812.213

- 0 A Entidade baixa créditos de liquidação duvidosa através de uma análise do saldo dos clientes e as respectivas aberturas por faixa de atraso, sendo considerado o histórico de inadimplência e as negociações em andamento. O critério de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi definido pela entidade àqueles inadimplentes com mais de 90 dias de atraso, constituindo-se o percentual de 100% para esses títulos.

NOTA 07 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Titulos a receber (cheques e notas promissória) (i)	37.900	65.477
Créditos com funcionários (ii)	592.101	667.147
Créditos diversos	7.128	3.983
Adiantamentos a fornecedores (iii)	16.539	137.759
Impostos a recuperar	21.527	45.951
Despesas Antecipadas	12.033	4.440
	687.228	924.757

- (i) O saldo de títulos a receber compreende cheques recebidos a compensar e cheques recebidos que foram devolvidos.
- (ii) O saldo de créditos com funcionários se refere principalmente ao pagamento de férias a professores no final do exercício para gozo das férias em janeiro.
- (iii) Compreende adiantamento a fornecedores, valores pagos antecipadamente a fornecedores diversos.

NOTA 08 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido dos encargos de depreciação, estando composto da seguinte forma:

	<u>Custo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transfe- rências</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>31/12/2020 Liquido</u>	<u>31/12/2019 Liquido</u>	<u>%</u>
<u>Descrição</u>								

Móveis e Utensílios	3.605.905	82.082	-	-	(2.218.219)	1.469.768	1.599.085	10%
Maquinas e Equipamentos	707.997	45.960	-	-	(287.376)	466.580	472.845	10%
Veículos	708.955	-	-	-	(489.001)	219.954	303.611	20%
Instalações Diversas	173.196	-	-	-	(32.675)	140.522	159.926	10%
Equipamentos de Informática	1.412.477	97.919	-	-	(1.222.362)	288.034	454.734	20%
Construções e Benfeitorias	15.000	-	-	(15.000)	-	-	15.000	
Material Didático	113.828	-	(113.828)	-	-	-	75.277	
Biblioteca	16.600	-	-	-	(3.320)	13.280	14.940	10%
Instrumentos Musicais	68.660	-	-	-	(38.915)	29.745	34.322	10%
Bens Recreativos e Desportivos	109.718	-	-	-	(66.539)	43.179	40.491	10%
Benfeitorias em Imóveis Terceiros	1.250.371	1.167.129	(23)	15.000	(277.193)	2.155.284	1.146.539	4%
Total do Imobilizado	8.182.707	1.393.090	(113.851)	-	(4.635.600)	4.826.346	4.316.770	

<u>Descrição</u>	<u>Deprec. em</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Deprec. em 31/12/2020</u>
Móveis e Utensílios	(2.006.820)	(215.668)	4.269	(2.218.219)
Máquinas e Equipamentos	(235.152)	(52.225)	-	(287.376)
Veículos	(405.344)	(84.994)	1.336	(489.001)
Instalações Diversas	(13.270)	(19.405)	-	(32.675)
Equipamentos de Informática	(957.743)	(264.884)	265	(1.222.362)
Material Didático	(38.552)	-	38.552	-
Biblioteca	(1.660)	(1.660)	-	(3.320)
Instrumentos Musicais	(34.338)	(4.577)	-	(38.915)
Bens Recreativos e Desportivos	(69.227)	(9.275)	11.964	(66.539)
Benfeitorias Imóveis de Terceiros	(103.832)	(173.361)	-	(277.193)
Total da Depreciação	(3.865.937)	(826.048)	56.386	(4.635.600)

<u>Descrição</u>	<u>Custo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2020 31/12/2019</u>		
				<u>Amortização</u> <u>Acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Licença Uso de Software	406.907	-	-	(403.240)	3.667	12.754
Total do Intangível	406.907	-	-	(403.240)	3.667	12.754

<u>Descrição</u>	<u>Amortiz.em</u> <u>31/12/2019</u>	<u>adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortiz.em</u> <u>31/12/2020</u>
Licença Uso de Software	(394.153)	(9.087)	-	(403.240)
Total da Amortização	(394.153)	(9.087)	-	(403.240)

Os direitos classificados no intangível são avaliados pelo custo incorrido na aquisição, deduzido do saldo da respectiva amortização, e se refere basicamente a softwares.

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

NOTA 09 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Obrigações decorrentes da folha de pagamento	932.656	933.694
Provisão de férias e seus encargos	1.718.030	1.908.952
Impostos retidos a recolher	96.544	153.074
	2.747.230	2.995.720

NOTA 10 – EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Garantia</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Banco RCI Brasil - Financ Carro	Veiculos	1.998	9.975
Banco Bradesco - Cartão de Crédito	N/A	55.770	33.754
		57.768	43.729
Passivo Circulante			
Banco RCI Brasil - Financ. Carro	Veiculos	1.998	4.616
Banco Bradesco - Cartão Crédito	N/A	55.770	33.754
		57.768	38.370
Passivo não Circulante			
Banco RCI Brasil - Financ. Carro	Veiculos	-	5.359
		-	5.359

Os empréstimos não possuem cláusulas contratuais restritivas (covenants).

NOTA 11 – SUBVENÇÕES A REALIZAR

Os valores das subvenções serão realizados até o exercício subsequente, devido a validade estabelecida no Termo de 01/02/2020 a 31/01/2021, caso ainda tenha saldo remanescente, o mesmo será devolvido à Prefeitura Municipal de Campinas – SP.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Verba Educacional	44.358	69.595
Verba Assistencia Social	232.279	327.563
	276.637	397.158

NOTA 12 – MENSALIDADES ANTECIPADAS

O saldo de R\$ 1.384.976 (R\$ 2.378.666 em 31/12/2019) refere-se à parcela de anuidades recebidas antecipadamente neste exercício, reconhecidas no passivo circulante, por se tratar de receitas de realização no exercício seguinte.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LIQUIDO

O Patrimônio Líquido de R\$ 9.125.869 (7.548.949 em 2019) é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social de R\$ 7.548.949 (R\$ 7.447.394 em 2019), acrescido ou reduzido do superávit ou déficit do exercício.

NOTA 14 – SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO

Em atendimento a norma contábil ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, o superávit do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.576.920 (Superávit de R\$ 101.556 em 2019).

NOTA 15 – CONTINGÊNCIAS

Em atendimento a Resolução CFC Nº 1.180/09 e respaldado por relatório recebido da Assessoria Jurídica da Entidade, constatou-se processos judiciais de natureza trabalhistas e cíveis que a Entidade possui a seguinte situação, conforme demonstrado a seguir:

Processos com estimativa de perda provável:

Processo	Réu	Natureza		Valores Envolvidos (R\$)
0002176-58.2015.5.02.0029	Soc.Filhas Nossa Senhora do Sagrado Coração	Trabalhista	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	30.000
0010869-68.2018.5.15.0092	Soc.Filhas Nossa Senhora do Sagrado Coração	Trabalhista	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	80.000
				110.000

Processos com estimativa de perda possível:

Processo	Réu	Natureza		Valores Envolvidos (R\$)
0059904-22.2008.8.26.0114	Soc.Filhas Nossa Senhora do Sagrado Coração	Cível	AÇÃO USUCAPIÃO	20.844
0050034-46.2020.8.06.0127	Soc.Filhas Nossa Senhora do Sagrado Coração	Cível	AÇÃO DECLARATÓRIA/DANOS MORAIS	10.000
0050033-61.2020.8.06.0127	Soc.Filhas Nossa Senhora do Sagrado Coração	Cível	AÇÃO DECLARATÓRIA RESCISÃO/DANOS MORAIS	10.000
0008153-74.2018.8.16.0194	Soc.Filhas Nossa Senhora do Sagrado Coração	Cível	DANOS MORAIS	10.000
0050085-57.2020.8.06.0127	Soc.Filhas Nossa Senhora do Sagrado Coração	Cível	AÇÃO DECLARATÓRIA RESCISÃO/DANOS MORAIS	10.000
0050083-87.2020.8.06.0127	Soc.Filhas Nossa Senhora do Sagrado Coração	Cível	AÇÃO DECLARATÓRIA RESCISÃO/DANOS MORAIS	10.000
0050082-05.2020.8.06.0127	Soc.Filhas Nossa Senhora do Sagrado Coração	Cível	AÇÃO DECLARATÓRIA RESCISÃO/DANOS MORAIS	10.000
0501046-16.2020.4.05.8107	Soc.Filhas Nossa Senhora do Sagrado Coração	Cível	DANOS MORAIS / TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA	10.000
0002867-59.2019.8.16.0072	Soc.Filhas Nossa Senhora do Sagrado Coração	Cível	DANOS MORAIS	10.000
0002867-59.2019.8.16.0072	Soc.Filhas Nossa Senhora do Sagrado Coração	Cível	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	20.000
				120.844

De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Entidade, os processos listados acima são considerados como probabilidade de perda possível e por isso não foi provisionado na contabilidade e apenas divulgado.

NOTA 16 – SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS PÚBLICOS

A Entidade, para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendeu a Resolução nº 1.305/10 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. No decorrer do período a sociedade recebeu subvenções do Poder Público Municipal de Campinas. Estas subvenções têm como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas nas áreas da assistência social e educação. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda a documentação a disposição para qualquer fiscalização. A Entidade recebeu os seguintes valores da Prefeitura do Município de Campinas a título de subvenção:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prefeitura Municipal de Campinas	2.530.134	2.649.044
Separação por área de atuação		
Educação	2.354.014	2.278.043
Assistência Social	176.120	371.001
Total	2.530.134	2.649.044

NOTA 17 – PARCERIAS ENTRE ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

A Sociedade das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração manteve durante o ano de 2020 convênio com a Federação de Entidades Assistências de Campinas (FEAC), tendo como objeto o assessoramento técnico, administrativo e financeiro àquela Federação, com a finalidade qualificar os serviços desenvolvidos e potencializar o impacto social. A Entidade registrou o convênio em conformidade com o Decreto 8.242 de 23/05/2014.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fund.de Entidade Assist de Campinas	201.929	283.927
	201.929	283.927

NOTA 18 – ISENÇÕES USUFRUÍDAS

Em atendimento ao Parágrafo Único, Artigo 4º, do Decreto nº 2.536 de 07/04/1998, são demonstrados a seguir, os valores relativos às isenções previdenciárias e fiscais, como se devido fosse gozadas durante os exercícios de 2020 e 2019.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Isenção		
INSS Patronal (20% s/folha Bruta)	3.506.760	4.170.753
Terceiros (4,5% s/folha Bruta)	764.226	938.631
SAT (1% s/folha Bruta)	181.875	216.868
COFINS (3% s/faturamento)	1.460.881	1.497.225
Total dos Benefícios	5.913.742	6.823.477

Em atendimento aos seus objetivos estatutários e em aderência aos preceitos estabelecidos no artigo 13 da Lei 12.101/2009 (Alterada pela a Lei 12.868 de 15/10/13), a entidade aplicou parcela substancial dos seus recursos em projetos de concessão de gratuidades educacionais e outras ações de caráter filantrópico. O custo da isenção usufruída de INSS e da COFINS no exercício de 2020 somou o montante de R\$ 5.913.742 (R\$ 6.823.477 em 2019), conforme demonstrado no quadro acima.

NOTA 19 – SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS

Foi reconhecida pelo valor justo a prestação de serviço voluntário (Assistência psicológica, monitoria de informática, aulas de música, ensino de trabalhos manuais, serviços de assistência social) na unidade Obra de Assistência Social São José – SP, durante o exercício de 2020 no valor de R\$ 3.738 (R\$ 104.724 em 2019) conforme determina a ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros. Verificou-se uma redução dos serviços, causada principalmente pela pandemia do Coronavírus.

NOTA 20 – GRATUIDADES CONCEDIDAS

As gratuidades concedidas pela Entidade através de seus serviços, programas e projetos se encontram registradas na contabilidade pelo seu custo, as assistenciais e as educacionais como redução de receita. As gratuidades concedidas são:

a) Educação

Concessão de Bolsas de estudos de 100% e 50%, concedidas a estudantes em consonância com a Lei nº 12.101/2009 e o Decreto nº 8.242/2014, bem como suas alterações posteriores.

b) Assistência Social

Desenvolvimento de serviços, programas e projetos dentro da proteção social básica e serviços de convivências e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes de 06 a 14 anos, jovens de 15 a 24 anos e idosos dentro do serviço intergeracional. Estas atividades são desenvolvidas por suas unidades mantidas nas cidades de Campinas e São Paulo.

NOTA 21 – QUADRO GERAL DE BOLSAS DE ESTUDOS (Assistência Social)

Sociedade das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração - MEC 2020 Educação Básica

Educação Básica - Cálculo da exigência da gratuidade (Artigo 13 - Lei 12.101/2009)	
Total de alunos matriculados	3.104
(-) Alunos 100% - Convenção Coletiva	105
(-) Alunos Inadimplentes	256
(-) Alunos 100% NÃO PAGANTES - Outros descontos (ADM)	23
Sub-total	2.720
(-) Alunos bolsas CEBAS integral - 100%	412
(-) Alunos PCD bolsa 100% (x 1,2)	-
(-) Alunos Turno Integral bolsa 100% (x 1,4)	-
(=) Alunos Pagantes (Base de Cálculo)	2.308
(+) Alunos bolsas CEBAS parcial de 50%	458
(+) Benefícios complementares convertidos em bolsa integral	-
<u>Quantidade mínima de bolsas 100% - 1/5 exigidas -></u>	462
Quantidade de bolsas 100% praticadas ->	412
Resultado	(50)
<u>Número mínimo de bolsas 100% 1/9 exigidas -></u>	256
Quantidade de bolsas 100% praticadas ->	412
<u>Número de bolsas complementares de 50% exigidas -></u>	99
Nº de Bolsas 100% excedentes	179
Benefícios complementares – limite de até 25% do total de benefícios complementares praticados	-

A Entidade concedeu 412 bolsas 100% filantrópicas atendendo o mínimo 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes e bolsas parciais de 50% quando necessário, para o alcance do número mínimo exigido de bolsas integrais 100%.

21.1) Quantidade de Alunos por Unidade

Cidade/Estado	Alunos Matriculados	Alunos Pagantes	Bolsas de Estudos 2020		Convenção Coletiva	Bolsas Recursos Próprios
			100%	50%		
São Paulo/SP	305	250	39	85	16	-
Rio de Janeiro/RJ	461	423	52	117	20	-
Brasília/DF	771	561	116	55	45	23
Curitiba/PR	494	428	56	66	-	-
Alfenas/MG	556	474	70	94	12	-
Divinópolis/MG	517	426	79	41	12	-
Total	3.104	2.562	412	458	105	23

Cidade/Estado	Alunos Matriculados	Alunos Pagantes	Bolsas de Estudos 2019		Convenção Coletiva
			100%	50%	
São Paulo/SP	372	290	39	108	21
Rio de Janeiro/RJ	553	423	56	127	20
Brasília/DF	753	462	93	70	46
Curitiba/PR	555	395	40	75	-
Alfenas/MG	542	475	54	79	13
Divinópolis/MG	670	550	89	38	12
Total	3.445	2.595	371	497	112

Gratuidades totais concedidas em relação as receitas brutas de atividades Educacionais e

Assistenciais:

<u>Receitas Brutas de Atividades</u>	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
<u>Educacionais</u>	47.719.727	100,00%	47.135.501	100,00%
Gratuidades Concedidas	9.564.244	20,04%	8.719.521	18,50%
Isonções Fiscais Usufruídas	5.393.136	11,30%	6.152.483	13,05%
<u>Assistenciais</u>	2.732.063	100,00%	3.790.104	100,00%
Gratuidades Concedidas	2.562.862	93,81%	2.932.971	77,38%
Isonções Fiscais Usufruídas	502.803	18,40%	670.993	17,70%

NOTA 22 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DAS ATIVIDADES

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita com ensino	49.242.535	48.820.792
Deduções da Receita bruta	(19.419.097)	(16.118.044)
(-)Devolução de Mensalidades	(152.344)	(39.196)
(-)Descontos Concedidos	(5.706.245)	(4.112.379)
(-)Bolsas Filhos de Funcionários	(2.407.953)	(2.096.793)
(-)Bolsas de Estudos Convênios	(1.544.452)	(1.150.154)
(-) Gratificações escolares totais e parciais	(9.608.103)	(8.719.522)
Custos Diretos dos Serv Prestados- Gastos com educação	(13.320.498)	(14.517.497)
Resultado Operacional Líquido das atividades	16.502.940	18.185.251

NOTA 23 – DOAÇÕES RECEBIDAS

Eventualmente a entidade recebe doações de pessoas físicas, jurídicas, bem como do exterior. Nos anos de 2020 e 2019 a entidade recebeu as seguintes doações:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoa Física	195.532	304.979
Pessoa Jurídica	96.770	37.362
Doações gêneros alimentícios e outros bens	11.403	112.355
	283.535	454.696

NOTA 24 - CUSTOS DIRETOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Salários, Ordenados e Encargos Sociais	(13.320.498)	(14.517.497)
	(13.320.498)	(14.517.497)

NOTA 25 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Água, energia, telefone e gás	(534.771)	(858.768)
Serviços prestados pessoa jurídica	(690.604)	(1.862.099)
Aluguel de imóveis	(2.892.000)	(2.405.000)
Locação de equipamentos	(135.963)	(178.334)
Serviços de Informática	(485.875)	(403.116)
Gêneros alimentícios	(95.153)	(329.825)
Conservação e reparos	(252.469)	(776.752)
Serviços Assistência Contábil e auditoria	(627.459)	(456.108)
Salários, ordenados e encargos sociais	(5.735.326)	(8.746.793)
Material escolar/Didático/Escritório/Uso e Consumo/Informática	(534.134)	(574.284)
Serviços profissionais de ensino/idiomas	(364.708)	-
Vigilância e Segurança	(191.033)	(92.507)
Honorários Advocatícios	(191.269)	(121.111)
Serviços de instalação e manutenção	(140.591)	(40.712)
Serviços de terceiros	(304.511)	(499.667)
Materiais manutenção e construção	(14.808)	(423.655)
Outras Despesas administrativas	(842.275)	(897.272)
	(14.032.949)	(18.666.002)

NOTA 26 – OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Alugueis e Arrendamentos	186.275	506.941
Festas e Eventos	10.030	334.850
Reversão de provisões/ Recuperação Mens.	613.965	590.201
Outras receitas/Outras Despesas	604.881	(59.643)
Receitas eventuais	15.281	113.746
Recuperação de despesas	44.957	288.499
Perdas e Danos	-	(4.189)
	1.475.390	1.770.406

NOTA 27 – COBERTURA DE SEGUROS – NÃO AUDITADO

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 28 – OUTRAS CONTAS A PAGAR – PARTES RELACIONADAS

O saldo refere-se a parte relacionada da Congregação das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas a pagar partes relacionadas	63.799	90.935
	63.799	90.935

NOTA 29 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Diante das incertezas que permanecem por causa da pandemia do Novo Coronavírus (Covid 19), as Instituições preveem um ano de 2021 em um possível ensino presencial e ainda com oferta de ensino remoto de forma parcial ou integral. Esses fatores impactaram nos novos contratos e nos reajustes das mensalidades.

Os valores das mensalidades na sua totalidade tiveram um reajuste de 4%. No Ensino Infantil algumas unidades optaram por não aplicar reajustes e até redução nos valores. O Ensino Infantil, creches e pré-escolas foi o segmento mais impactado, devido a dificuldade em oferecer ensino a distância para crianças e bebês.

São Paulo, 31 de dezembro de 2020.

Ir. Renisa Augusta da Fonseca
Presidente

Luismar Ferreira da Costa
Contador
CRC/MG – 032.363/O-8